

# ENTRE LINHAS E FORMAS: COMPREENSÕES DO URBANO NO LESTE PAULISTA, SÉCULOS XVIII E XIX

Jéssica de Almeida Polito<sup>1</sup>

Luiz Augusto Maia Costa<sup>2</sup>

## RESUMO

Este ensaio versa sobre as diferentes e coexistentes percepções que a sociedade, o Governo, a Igreja e os viajantes estrangeiros tinham do urbano e o modo como eles externavam suas respectivas compreensões sobre o território do estado de São Paulo, especificamente à região aqui denominada por “Leste paulista”. Suas elaborações, materializadas na forma de cartografias, revelam-nos contornos diversos atribuídos à região em tela, demonstrando subjetividades a serem analisadas e relativizadas dentro de um estudo mais amplo e complexo que é a história do processo de produção social do espaço construído.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidades coloniais paulistas; relatos de viajantes europeus; reconstituição histórica da rede urbana; territórios desconhecidos.

<sup>1</sup> Doutoranda em Urbanismo, com Área de concentração em História do Pensamento Urbanístico, CEATEC PUC-Campinas (2014-2017). Mestra em Urbanismo, CEATEC PUC-Campinas (2012-2013). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas (2007-2011). Atualmente é professora no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). E-mail: jessicapolito@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB PUC-Campinas) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Graduado em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (1991), graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1997), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2001) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2005). Pós-Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2008).

## **BETWEEN LINES AND SHAPES: UNDERSTANDINGS THE URBAN IN EASTERN SÃO PAULO, EIGHTEENTH AND NINETEENTH CENTURIES**

### **SUMMARY**

This paper discusses the different and coexisting perceptions that society, the government, the Church and foreign travelers had the city and how they expounded their respective understandings on the territory of the State of São Paulo, specifically the area here referred to as "east Sao Paulo". Their elaborations, materialized in cartography, reveal to us many borders attributed to the region in question, demonstrating subjectivities to be analyzed and relativized within a broader and more complex study which is the history of the social process of production of built space.

**KEY-WORDS:** São Paulo's colonial cities; European travelers accounts; historical urban network reconstruction; unknown territories.

## **ENTRE LAS LÍNEAS Y FORMAS: ENTENDIMIENTOS URBANOS DEL ESTE PAULISTA, SIGLOS XVIII E XIX.**

### **RESUMEN**

Este ensayo versa sobre las diferentes percepciones que coexisten y que la sociedad, el gobierno, la Iglesia y los viajeros extranjeros tuvieron la ciudad y la forma en que externavam sus respectivos entendimientos en el territorio del Estado de Sao Paulo, específicamente el área que aquí denominan " al este de Sao Paulo". Sus elaboraciones, materializados en forma de asignaciones nos revelará muchos contornos atribuidas a la pantalla en la región, lo que demuestra subjetividades que se analizan y se relativizan dentro de un estudio más amplio y complejo que es la historia del proceso social de producción del espacio construido.

**PALABRAS-CLAVES:** ciudades coloniales paulistas; relatos de viajante; proceso de urbanización; territorios desconocidos

## 1. INTRODUÇÃO

A elaboração deste ensaio parte do entendimento sobre a amplitude e a complexidade da história do processo de produção social do território brasileiro, a qual carrega consigo subjetividades e particularidades regionais. Pautados pelos estudos já realizados, apontamos para os avanços obtidos referentes à compreensão do processo de urbanização. Destacamos nesta reflexão a região aqui denominada por “Leste paulista”, cuja história de posse e ocupação territorial remonta os anos de 1650. O “Quadro de desmembramento Territorial-administrativo dos municípios paulistas”, elaborado pelo Instituto Histórico e Cartográfico do Estado de São Paulo - ICG nos permite compreender que os núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim foram os primeiros a ser formados e fundados dentro uma região apartada, e posteriormente correspondente ao território da vila de Mogi Mirim, no ano de 1769.

Esta compreensão nos possibilita observar que a região em tela possuía contornos pouco precisos no imaginário popular, sem que isso impedisse o referido território de atuar como conexão oficializada dentro da rede urbana existente. Esta, por sua vez, possibilitava a comunicação entre duas porções territoriais distintas, a época: o sertão - região apartada do mar e pouco conhecida-, e o território civilizado paulista - aquele já conhecido, mapeado e onde a Igreja se fazia presente. Notamos que no Leste paulista se configurou uma área complexa de transição entre esses dois contextos: ao passo que permitia o contato entre as partes mencionadas, tal região também significava uma fronteira, um limite, uma linha imaginária, “a extremidade de uma terra contígua com outra” a ser dilatada/expandida pelo agente civilizador, conforme comentou Bueno (2009). Sobre as linhas de fronteiras que permeiam nossa reflexão, apropriamo-nos das definições elaboradas por Burke (2007), o qual nos apresenta três significados distintos e possivelmente coexistentes para o termo “fronteira”: uma divisão política e administrativa; um obstáculo imposto pelo relevo – rios e serras; uma zona de contato entre diferentes territórios.

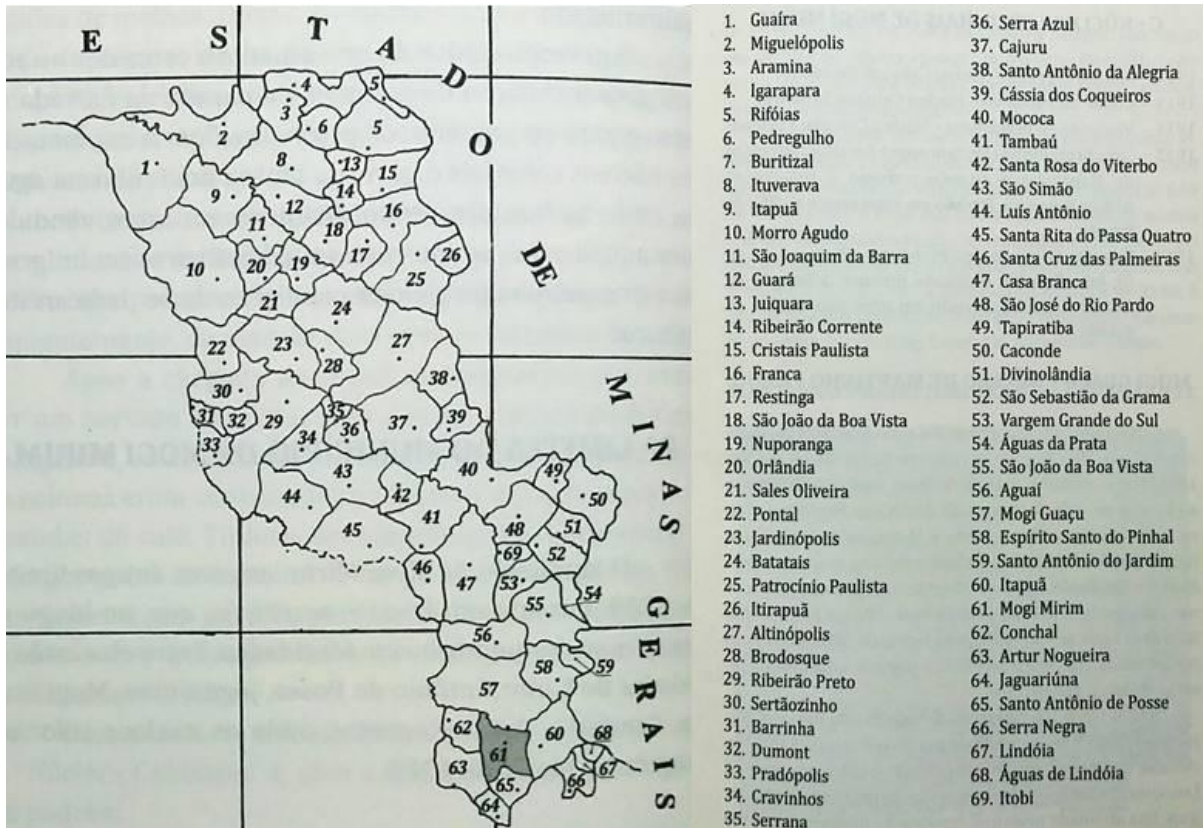


Figura 1 - Antigos limites do município de Mogi Mirim em 1769.

Fonte: Bridi, C.L e Campos, S.R. (2016) Italianos em Mogi Mirim. Mogi Mirim: edição da autora, p. 28 e 29.

A construção do imaginário popular sobre o meio urbano brasileiro foi marcado pela espacialização da cultura sobre o território, materializada na forma do tecido urbano. Entendemos que cultura, costumes e a própria noção de civilidade esboçaram um intrincado jogo de avanços e recuos sobre o espaço geográfico, proporcionando subsídios que justificam a compreensão do convívio em sociedade como agente fomentador de fronteiras e elos. Referimo-nos ao estabelecimento de limites territoriais para cada um dos grupos sociais, mas também ao favorecimento da dinâmica entre os habitantes da região, uma relação dialética capaz de conferir unidade social, cultural e, portanto, territorial. Foucault (2008) nos mostra que um valor típico e predominante viabiliza a delimitação de um território, dotando-o de identidade e conferindo sentido de pertencimento aos seus habitantes. Observa-se a existência de um *modus operandi* que, segundo Laraia (2001), integra o aspecto cultural e potencializa as divergências entre os grupos. Observamos, então, que para a região em pauta, as noções sobre o urbano se apresentam de formas diferenciadas segundo a interpretação de cada grupo social que nos propomos aqui a analisar.

As múltiplas compreensões sobre o mesmo território concediam ao Leste paulista contornos variáveis e redefiniam, constantemente, as linhas limítrofes da percepção sobre a própria civilidade. Tais percepções variavam segundo as vivências e experiências dos grupos inseridos na região, e, ao mesmo tempo, destoavam significativamente da percepção e mapeamento oficial realizado pelo Governo e a Igreja. Do mesmo modo, destacamos outro grupo que não pertencia à terra, mas observava e descrevia a vida local segundo as concepções e construções ideológicas pré-concebidas, provenientes de além-mar: trata-se dos viajantes estrangeiros que percorreram o território paulista no século XIX elaborando relatos escritos e desenhos. Incluem-se nessas produções algumas análises sobre o território da então Vila de Mogi Mirim, enfatizando aspectos da vida urbana. Entretanto, os padrões de civilidade tomados como referência pelos estrangeiros nem sempre eram adequados àquela realidade; algumas vezes tornavam-se incompatíveis com as percepções dos habitantes locais. Por meio desta observação ressaltamos a contribuição deste ensaio quanto à necessidade de relativização das informações coletadas em um estudo mais amplo sobre o processo de urbanização.

## 2. ENTRE AS LINHAS LIMÍTROFES DO SERTÃO

Os núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim, conforme os dados disponibilizados pelo IGC<sup>3</sup> têm suas origens vinculadas a um único núcleo então denominado “Mogi dos Campos”. As primeiras notícias de posse e ocupação dessas terras datam de 1650 quando um grupo de homens, partindo da Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy, à procura de ouro, alcançaram as margens do rio Mogi Guaçu e erigiram a primeira capela daquele arraial, no ano de 1733. A elevação do Arraial à Freguesia ocorreu em 1740, passando a ser denominada Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos, o primeiro distrito da Vila de Jundiáí.

Na margem oposta do rio Mogi Guaçu, havia um segundo aglomerado que, no momento da elevação de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos à categoria de Freguesia, originou um novo arraial. Consta que este foi desmembrado de Mogi dos Campos no ano de 1751, passando a designação de Freguesia de São José de Mogi Mirim. Por ocasião deste desmembramento, a então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos teve seu nome alterado para Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu, emprestando do rio o seu nome.

<sup>3</sup> Nesse sentido, ver o “Quadro de desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas”.

A Freguesia de São José de Mogi Mirim foi elevada à Vila em detrimento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu, no ano de 1769. A porção de terras vinculadas jurídico e administrativamente à Vila de São José de Mogi Mirim ganhou novos limites na cartografia oficial e os aspectos geográficos e topográficos atuaram como balizadores deste território: o rio Grande, na porção norte; o rio Atibaia, na porção sul; o prolongamento da Serra da Mantiqueira na porção leste; e o sertão, na porção oeste – este último também território de indígenas bravios. Entretanto, passando-se os limites urbanos de Mogi Mirim, todo o restante de seu território era usualmente referenciado por sertão, dado as grandes distâncias a serem percorridas, bem como a carência de infraestruturas e, principalmente, a ausência de templos religiosos e os serviços cíveis prestados à época pela Igreja.

Quanto à porção popularmente denominada por sertão, pouco da vida cotidiana era documentada e oficialmente registrada se os seus habitantes não se deslocassem até o termo da Vila de Mogi Mirim para lá registrarem os fatos ocorridos. Na tentativa de viabilizar o controle e o mapeamento dessas áreas mais distantes, fez-se presente as “desobrigas do caminho” – a qual implicava no deslocamento do vigário mogiano<sup>4</sup> pelas estradas e caminhos deste sertão até os limites territoriais ao norte (rio Grande) a fim de efetuar registros de casamentos, nascimentos, mortes e batismos nas capelas existentes - desobrigando a população da viagem até o termo.

Eram sobre as porções de terras que compunham o atual território da Vila de Mogi Mirim que historicamente que se dava o contato entre civilizados e sertanejos; e também entre paulistas e mineiros. Os núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim, desde a época em que juntos compunham o extinto núcleo de Mogi dos Campos, significavam um cruzamento, um nó, bem como o principal meio de acesso à área de maior interesse do Governo, no século XVIII: as minas de ouro em Mato Grosso e Goiás.

Desde 1748, quando ocorreu o desmembramento do que viria a ser a Capitania de Mato Grosso, alterou-se drasticamente o posicionamento da Coroa frente o solo paulista. Essa ação provocou a concomitante extinção da Capitania de São Paulo, “deixando de ter governo autônomo, ficando como simples comarca subordinada à Capitania do Rio de Janeiro”, conforme salientou Bueno (2009). Por consequência, os novos núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim precisaram criar formas de manterem, minimamente, a economia local e a subsistência – neste sentido, destacamos o entendimento sobre estes termos comporem uma linha imaginária desenhada segundo as vivências e dinâmica da própria população.

<sup>4</sup> Tinha-se o termo mogiano como gentílico dos que eram nascidos ou habitavam Mogi dos Campos. Atualmente, àqueles nascidos em Mogi Guaçu, denominam-se guaçuanos; aos de Mogi Mirim, mogimirianos.

### 3. NOVAS FORMAS E COMPREENSÕES DO URBANO

O Leste paulista nunca esteve isolado do contexto político e administrativo do Brasil. Segundo os interesses oficiais do Governo, a delimitação territorial se tornou gradativamente mais precisa mesmo que a dinâmica populacional levasse a sociedade, ou parte dela, a apreender o território de outra maneira. Quando em 1750 foi assinado o Tratado de Madri, ficou reconhecido entre as partes interessadas –Portugal e Espanha – o território pertencente a cada um deles, impactando diretamente nas demarcações das fronteiras do território em tela.

Baseado no princípio de *uti possidetis*, solucionou-se parcialmente o litígio (problemas de limites territoriais). O Brasil realizado geograficamente pelos sertanistas paulistas, pelos sertanistas do norte e pelos religiosos a serviço do Estado era, agora, legitimamente reconhecido pela Espanha. Assim, foi acordado que os luso-brasileiros permaneceriam nos trechos do território onde já haviam se estabelecido, valendo o mesmo para os hispano-americanos.(Bueno: 2009, p. 284)

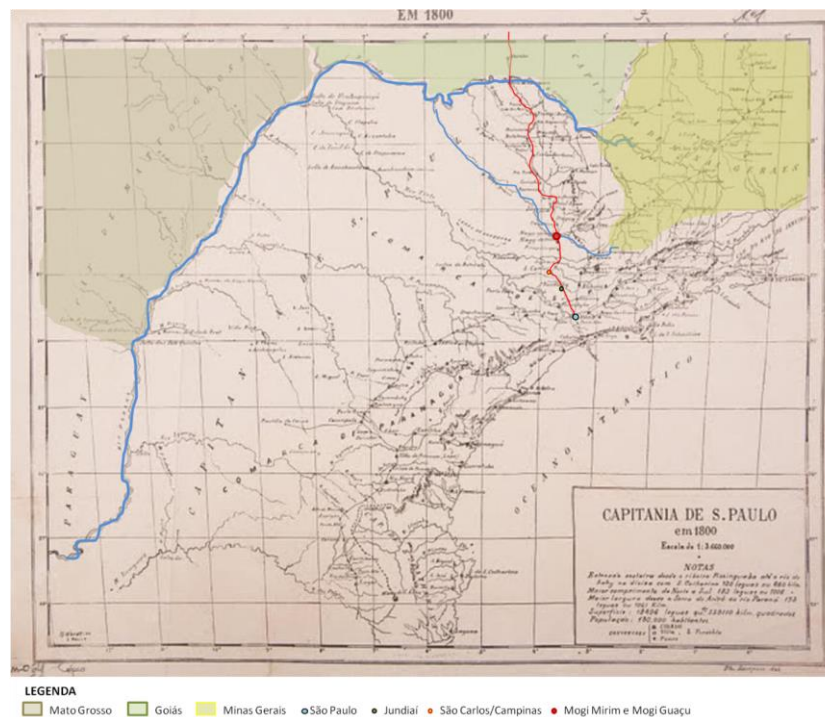
Qualquer habitação, casa ou fortaleza construída após as demarcações estabelecidas pelo Tratado de Madri seria demolida em benefício do Tratado Del Pardo, assinado em 1761 como sinal de cooperação entre os colonos portugueses e espanhóis. Segundo Bueno (2009), foi nesse momento que Pombal, primeiro ministro do governo de D. Luiz I, promoveu um povoamento mais intenso em certos trechos das fronteiras a partir da elaboração de uma política de urbanização diferenciada para cada região do território brasileiro. E, para a Capitania de São Paulo, iniciou-se, no ano de 1765 o governo de D. Luís Antonio Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.

A meta do novo governador da capitania, o Morgado de Mateus, concentrava-se na defesa do território, no combate aos espanhóis, no preparo militar necessário para tanto e na expulsão dos jesuítas (efetuada em 1759) – que, no entender da Coroa e de Pombal, estavam implicados nas usurpações territoriais e na manipulação dos índios. Quanto à preparação bélica, chamava novamente à luta o brio dos habitantes de São Paulo. Criou-se assim ambiente propício para a arregimentação de tropas de milícias ou tropas de ordenanças. (Bueno: 2009, p. 285)

Estava clara a necessidade de se obter maior controle e fiscalização das terras, sobretudo as da Capitania de São Paulo, onde a região leste era palco de constantes litígios e disputas

territoriais<sup>5</sup>. A restituição da autonomia da Capitania de São Paulo foi fruto de necessidade geral, geopolítica, administrativa, local e de novas fontes econômicas, dado o decréscimo da produção aurífera a partir de meados do século XVIII. As medidas pombalinas visavam, sobretudo, o fortalecimento do poder central.

Não somente na região das “Mogis”, mas com referência a toda a Capitania de São Paulo, o governo de Morgado de Mateus propunha agrupar a população dispersa. Esta “era a primeira vez que o território paulista era abordado como objeto de um programa que o beneficiava” (Bueno, 2009). O governo de Morgado de Matheus visava a expansão da rede urbana sobre o território paulista e a oficialização de novos núcleos e a fundação de novas vilas, contribuíram com o objetivo principal, dando suporte à fiscalização, ao progresso econômico, político e social do território.



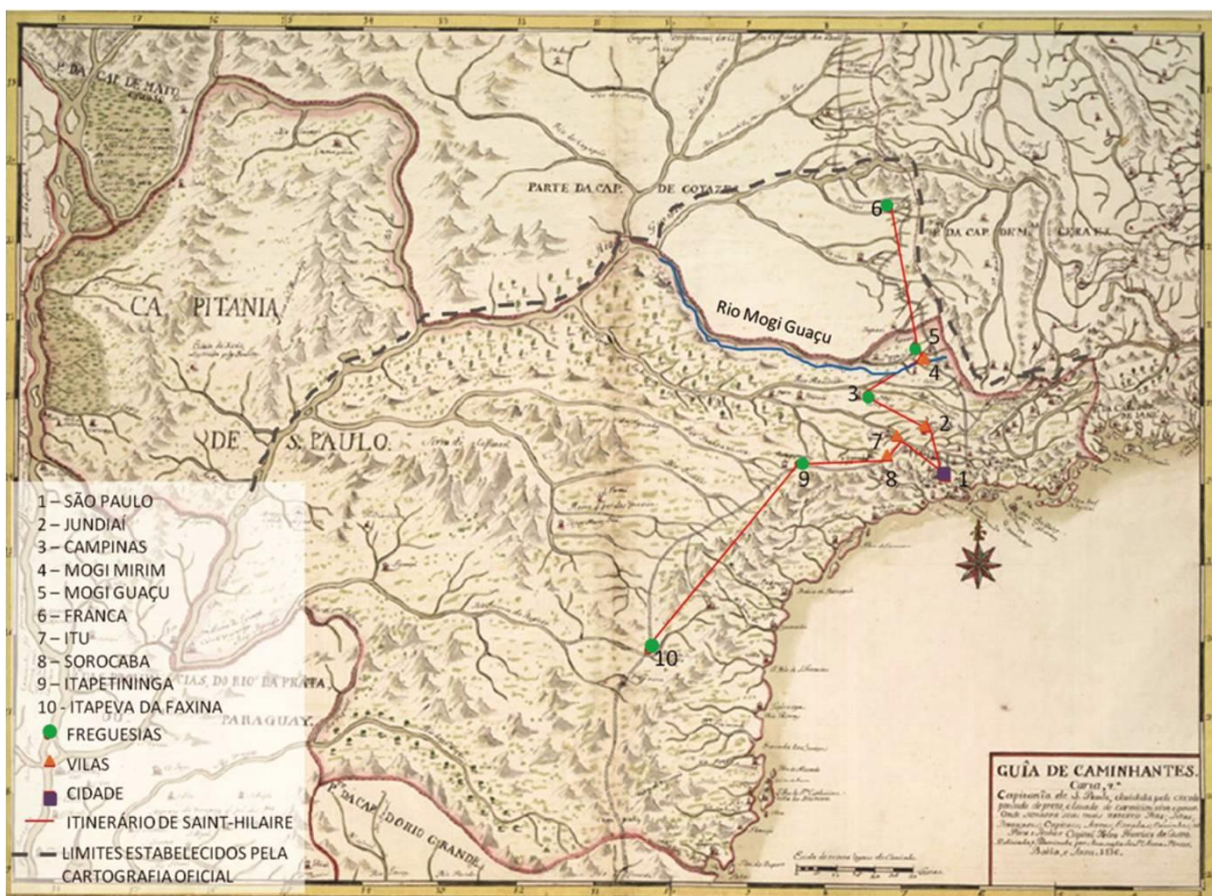
**Figura 2** - Capitania de São Paulo, em 1800. Autor: ilegível.

**Fonte:** Base cartográfica original disponível em: <http://textolivre.com.br/contos/cronicas/45060-plebiscito-no-para-o-que-nos-os-brasileiros-de-outros-estados-temos-a-vermos-com-isso-tudo>, acessado em: 12/11/2013. Modificado pela autora segundo as informações contidas no Guia dos Caminhantes (figura 61), de Anastácio de Sant’Anna, elaborado em 1817 e disponível no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado.

<sup>5</sup> Nesse sentido ver Polito, J.A. (2013) *Territórios de civilidade: o papel das “Mogis” na formação e reestruturação do Leste paulista, séculos XVII-XIX*. Dissertação (mestrado em urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Brasil.



Até o início do século XIX sucessivas cartografias foram elaboradas pelos engenheiros militares objetivando o mapeamento e definição precisa dos contornos da Capitania. Em nossa reflexão, esta era uma das maneiras possíveis de compreender o território do Leste paulista. Se a cartografia oficial expressava os interesses do Governo e sua preocupação com a manutenção territorial; em contraponto, o atlas Guia dos Caminhantes, elaborado por Anastácio de Sant’Anna, em 1817, indica, em nossa análise, um segundo modo de compreensão. As dinâmicas dos comerciantes, fazendeiros e feitores locais não eram levadas em consideração naquelas cartografias oficiais, justificando a necessidade de suprir os “erros” difundidos nos mapas impressos e roteiros preparados pelos “homens de ciência” e militares.



**Figura 3** - Mapa da Capitania de São Paulo e adjacências. Autor: Anastácio de Sant’Anna.  
**Fonte:** Arquivo original Guia dos Caminhantes [Capitania de São Paulo], 1816. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Modificado. Dissertação de mestrado.

Observamos aí uma “lacuna” existente: correspondente à porção localizada além do rio Mogi Guaçu, sentido norte, e que no mapa elaborado por Anastácio de Sant’Anna aparenta ser despovoada ou desprovida de atividades compatíveis aos interesses de seu público alvo. Eis o sertão segundo a visão da elite paulista, sobre o qual discorreremos a seguir.

Sobre a mesma base cartográfica, foi demarcado o itinerário de Auguste Saint-Hilaire, realizado no ano de 1819. Sendo ele um cientista-naturalista-francês, um “homem da ciência”, observamos que o mesmo demarcou em seu trajeto os limites da Capitania de São Paulo de modo muito semelhantemente aos engenheiros militares – com rigor metodológico. Analisando tal sobreposição, temos aí a junção da perspectiva científica com a “popular”. Se na visão da população da Capitania, Mogi Guaçu e Mogi Mirim compunham o “limite” da área produtiva e de interesse econômico, entendemos que era na porção de terra existente para além destes núcleos que definição de sertão era popularmente aplicada. No passar do século XVIII para o século XIX, parte do território da Vila de Mogi Mirim permaneceu referenciado como sertão, sobretudo o extremo norte. Porém, é válido salientar que o significado deste termo sofreu alterações. Na perspectiva do século XIX, o sertão era a parte do território que não estava envolvida ativamente na produção agrícola dado as grandes distâncias a serem percorridas no transporte da produção até o porto de Santos - fato que encarecia em demasia o produto e afetava sensivelmente a lucratividade dos agricultores. Assim, Mogi Guaçu e Mogi Mirim atuavam como uma zona de contato entre estes extremos. Uma área responsável pela transição entre dois territórios - o “civilizado” e economicamente ativo, onde se observava uma dinâmica socioeconômica mais intensa; e o sertão – uma porção inicialmente de pouco interesse para a elite paulista em função das incertezas sobre a qualidade do solo e barreiras naturais e serem vencidas. É no desenrolar do aprimoramento tecnológico da produção agrícola que podemos observar a redefinição das linhas limítrofes imaginárias e seus avanços sobre o território do Leste paulista.

Atentamo-nos para o caso de Franca, sobre a qual um dado nos é relevante neste ensaio. Tendo Franca sido elevada à Freguesia em 1805, ela já se encontrava religiosamente estruturada, contando com um vigário local e algumas capelas dispostas aos seus cuidados, conforme salientou Piccinatto (2012). Segundo o autor, sua elevação à freguesia ocorreu durante o governo de Franco da Horta, por meio de uma política de centralização da população dispersa no “Sertão do rio Pardo”. O autor destaca que o governo reconhecia esse território e tinha interesses em sua ocupação e manutenção, mas, quando comparamos ao Guia de Caminhantes vemos que tal região não despertava os interesses da elite paulista. Esta perspectiva cultivada pelos fazendeiros sofreu grande alteração a partir da segunda metade do século XIX, quando as estradas de ferro foram incorporadas à dinâmica regional.

De modo geral, o território do Leste paulista continha uma incipiente hierarquização religiosa e administrativa que, até o ano de 1820, contava com apenas seis freguesias e algumas capelas. A rede urbana estava em processo de formação e era encabeçada pela Vila de São José de Mogi Mirim. Além disso, a rede também integrava a região de maior produção açucareira de São

Paulo: o “quadrilátero do açúcar” <sup>6</sup>. Portanto, se para alguns o território da Vila de Mogi Mirim significava sertão, temos que o núcleo urbano de Mogi Mirim já não o era. Por meio da função administrativa a ela atribuída, fazia valer no Leste paulista as medidas governamentais decretadas – configurava um epicentro propulsor de vida urbana para as partes territoriais mais apartadas.

A terceira e a quarta forma de compreensões do urbano, aqui identificadas, não estão originalmente em cartografias, mas, respectivamente, nos diários e desenhos dos viajantes estrangeiros que percorreram o vasto território paulista e observaram, anotaram e comentaram os hábitos e costumes dos grupos que classificavam por “mais civilizados” e os “sertanejos”. Os viajantes produziram imaterialmente um território: interpretaram uma dada realidade e elaboraram desenhos e anotações segundo o referencial cultural ao qual pertenciam.

Propomos brevemente discorrer sobre a passagem de August Saint-Hilaire pelo território de São Paulo. Suas descrições referentes às “Mogis” apresentavam, em maioria, aspectos negativos e/ou pejorativos delas e de seus territórios. Em 1819, ele salientou que o Leste paulista era uma terra habitada por “homens grosseiros, ignorantes e estúpidos”. E assim descreveu seus habitantes:

Essa gente, embrutecida pela ignorância, pela ociosidade, pelo isolamento em que se acha de seus semelhantes e provavelmente pelo gozo de prazeres prematuros, não pensa em nada, apenas vegeta como as árvores ou o capim dos campos. (Saint-Hilaire, 1976, p. 85)

Ressaltou as “condições precárias” em que esses habitantes estavam submetidos:

Não recebem nenhum ensinamento religioso; os maus exemplos dos malfeitores de Minas, que fogem para o seu meio, estimulam-nos ainda mais para o mal, e nessas regiões remotas as leis são praticamente inexistentes (Saint-Hilaire, 1976, p. 92)

Suas observações são representações de uma perspectiva particular presa às raízes culturais francesas e dotada de conceitos pré-definidos. Sabemos que por meio do personagem bandeirante-viajante, os pousos foram se conectando gradativamente aos costumes regionais,

<sup>6</sup> “Quadrilátero do açúcar” é uma expressão cunhada por Maria Thereza Schorer Petrone em sua obra *Lavoura canavieira em São Paulo* e corresponde ao território compreendido entre os núcleos de Piracicaba, Jundiá, Sorocaba e Mogi Guaçu, cujos limites remetem a um quadrilátero imperfeito.

contribuindo para a sustentação de uma cultura propriamente brasileira, paulista e que tinha no nomadismo a sua principal ferramenta de consolidação. Ao nosso entender, os pousos também podem ser vistos como pontos de convívio fomentadores de uma intrincada rede urbana disposta sobre o território e que se segmentava por áreas, de acordo com a realidade produtiva de cada uma. Os pousos também eram lugares onde se manifestavam noções de civilidade apropriadas ao contexto local.

A antiga Mogi dos Campos, em momentos mais remotos, também representou uma centralidade em meio ao sertão, pois se encontrava, neste tempo, inserida além do perímetro composto pelo conjunto de Vilas existentes na Capitania, oferecendo à população distante serviços como as desobrigas dos caminhos, aqui já mencionada.

Nestes termos, a afirmação de Saint-Hilaire sobre “essa gente não receber nenhum ensinamento religioso” pode ser relativizada. Havia notória preocupação com tais moradores, o que justificava o deslocamento do pároco pelo extenso território desde 1733, quase um século antes da passagem de Saint-Hilaire pela a região.

Uma observação adicional a ser feita diz respeito a outro trecho do relato deste viajante, onde ele menciona ter contabilizado uma quantia superior a trinta engenhos, em Mogi Mirim.

A cultura da cana-de-açúcar contribuiu na modificação das características da sociedade paulista, transformou o olhar pejorativo que a população tinha sobre a agricultura dotando-a de aspectos positivos - determinantes para a reestruturação social e lapidação de sua identidade.

Com o desenvolvimento da lavoura canavieira, há em São Paulo uma completa mudança de valores econômicos e sociais. A agricultura, que antes do ciclo do açúcar, não raro, era considerada degradante deixa de sê-lo (...) O ser Senhor de Engenho, como mais tarde, o ser Senhor de Café, eleva a pessoa à mais alta classe, à classe dominante, da qual dependem todas as outras, e de cuja influência escapam apenas alguns elementos, tais como os fazendeiros de gado. (Petroni:1968, p.200)

Por meio dela, organizou-se uma elite local, bem como ocorreu a consolidação de alguns caminhos e do próprio território. O Caminho dos Goiazes, que outrora abrigara os bandeirantes rumo a Goiás e Mato Grosso em busca do ouro, cedeu seu trajeto ao escoamento do açúcar, no sentido inverso, partindo do interior rumo a São Paulo e daí até Santos, entre os anos de 1765 e 1850 (Petroni, 1968).

A questão não se limitava apenas ao açúcar, mas toda a rede de infraestrutura e derivados que se desenvolveu na região, a partir desta lavoura. Temos nos relatos elaborados pelo viajante,

artista plástico, arquiteto e comerciante inglês Edmund Pink, a partir de 1823, outro olhar sobre o mesmo território. Por meio de aquarelas com impressões sensíveis e minimalistas nas quais buscava traduzir a sua percepção sobre a Província de São Paulo e alguns registros em seu diário de viagem, ele nos revela alguns aspectos da produção então existente.

30/07/1823: À medida que se aproxima de Mogi-Mirim a região é mais plana, menos arborizada e mais ordinária. Às 8:15 chegamos à casa do Sr. Felisberto Pinto Tavares, um mulato, em Mogi Mirim. Fomos recebidos e tratados de maneira mais hospitaleira. Aqui, saboreamos pão, a primeira vez desde que deixamos São Paulo. (Mindlin e Sevcenko. 2000)

Ressalta ainda:

Mogi Mirim possui uma igreja dedicada a São José e uma capela de Nossa Senhora do Rosário. Na vizinhança da cidade há um número considerável de fazendas de açúcar bem como plantação de milho, etc...etc., várias fazendas de criação. A maioria das pessoas em viagem a Goiás e Mato Grosso providencia aqui suas mulas e se prepara para a jornada. A terra escolhida é considerada a melhor para o plantio de cana-de-açúcar; é uma terra argilosa de cor muito escura semelhante a do Dragins Blood. (Mindlin e Sevcenko. 2000)

Desde o traço mais elementar – a alimentação -, quanto o possivelmente mais elaborado - a distribuição sócio espacial da população segundo seus aspectos produtivos-, averiguamos que constante e gradativamente as linhas limítrofes do meio civilizado avançaram sobre o espaço geográfico; materializaram-se na forma do tecido urbano e os elementos nele contidos como a própria arquitetura; redefiniram espaços, usos e o próprio território do Leste paulista.



**Figura 4** - Igreja Matriz de São José de Mogi Mirim. Autor: Edmund Pink. Ano: 1823.  
**Fonte:** Sevcenko, N. São Paulo de Edmund Pink. Ed. BDA, 2000.

A aquarela elaborada por Edmund Pink retrata características arquitetônicas que mesmo no século XVIII ainda eram utilizadas na arquitetura religiosa, principalmente aquela de origem jesuítica. A necessidade de construir novos templos fez a Ordem dos Jesuítas enviar ao Brasil o arquiteto Francisco Dias, no ano de 1577. Assim, os projetos de reconstrução do Colégio de Olinda (1584) e do Rio de Janeiro (1585), os quais contavam com uma única nave, capela-mor e no máximo duas colaterais foi o modelo mais difundido para a construção de outras novas Igrejas, devido à sua simplicidade construtiva (Mendes, 2007). A presença de um arquiteto profissional de sua categoria, no Brasil daquele tempo, foi sem dúvida decisiva não só no sentido de fixar de forma definitiva, e logo de início, as características de estilo próprias da arquitetura jesuítica, como também no de influir nas construções não jesuíticas. (Costa, 1941)

Ao analisarmos as percepções de Edmund Pink sobre o território em pauta podemos relativizar tantas outras compreensões, a exemplo das de Saint-Hilaire. As características arquitetônicas da Igreja Matriz de Mogi Mirim apresentadas na aquarela de Pink são vestígios materiais e nos fazem questionar os parâmetros pelos quais Saint-Hilaire interpretou e formulou seus relatos sobre o referido núcleo - contrariando sua afirmativa sobre a ausência da vida religiosa no sertão.

## 4. CONCLUSÃO

As diferenças no modo de compreensão do território do Leste paulista justificam-se nesta reflexão em função dos diferentes parâmetros de análise adotados por cada um dos grupos que propusemos aqui apresentar. Diferenças políticas, administrativas, econômicas, culturais e tecnológicas de fato existiram, tendo em vista a extensão territorial que implicava em diferentes tempos de respostas entre suas porções componentes. Mas não podemos excluir ou anular o fato de que mesmo com as demasiadas distâncias a serem percorrida no lombo de animais, existiu no território do Leste paulista uma noção de urbano, uma civilidade coerente ao contexto local, não cabendo a este território ser categoricamente descrito como uma “terra de brutos e ignorantes”, como fez August Saint-Hilaire, em 1819.

Frente aos dados levantados, refletimos sobre a necessidade de se relativizar as informações históricas documentadas e questionar não apenas sua origem, mas os parâmetros e determinantes adotados por seus elaboradores.

Entre as mais variadas formas de compreensão e leituras territoriais passíveis de coexistir, buscamos apresentar quatro das quais adotamos em nossas análises sobre o processo histórico de produção do espaço construído: os relatos escritos de viajantes estrangeiros, bem como os desenhos de observação realizados por eles; a cartografia oficial correspondente aos planos do Governo para o território; a atuação do corpo religioso no processo de fiscalização do território e sociedade; e a perspectiva da própria sociedade local, a qual nos permite uma aproximação ainda maior daquela realidade dado as vivências estabelecidas sobre o solo.

Estes quatro “olhares” compreenderam a dimensão territorial de modo singular, estabeleceram linhas limítrofes para o território em função de seus interesses particulares. Se por um lado os viajantes não reconheceram aqui os valores de sua cultura europeia natal e por isso, minimizaram ou não conseguiram identificar elementos de urbanidade nestas terras distantes; por outro lado, o estado e a Igreja, em comum, possuíram o interesse pela manutenção territorial e traçaram planos a fim de garantir o controle e fiscalização da mesma.

Já a sociedade apresentou uma leitura mais aproximada daquela realidade, a inserção no local possibilitou a compreensão do mesmo território de um modo mais minucioso, com dinamismo justificado pelas problemáticas específicas e por eles vivenciadas. No século XIX, buscaram construir uma economia própria que, ao contrário do período colonial onde a agricultura era vista como algo vergonhoso pela sociedade, viram nela a grande força econômica capaz de mudar o cenário do Leste paulista por meio da lavoura (Silva, 2009). Esta mudança na percepção

da sociedade impulsionou a dinâmica urbana por todo o Leste paulista e garantiu novos avanços no processo de urbanização como um todo.

Percebemos, de modo amplo, a existência de uma preocupação com o entendimento sobre o referido território por parte de cada um dos grupos mencionados nesta reflexão; entretanto, se o censo comum definia o Leste paulista como sendo fixo, isolado e difícil de ser alterado, a confrontação dos dados nos mostrou que o dinamismo existente nem sempre era apontado pela documentação oficial. A importância da relativização está em proporcionar uma melhor compreensão das múltiplas subjetividades presentes em um estudo amplo e complexo, como é o estudo sobre a história do processo de produção social do espaço construído.

## REFERÊNCIAS

Artigiani, R. (1994) *Mogi Guaçu: três séculos de história*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Pannartz.

Bridi, C.L e Campos, S.R. (2016) *Italianos em Mogi Mirim*. Mogi Mirim: edição da autora. P. 28 e 29.

Bueno, B.P.S. (2009) *Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.-dez.

Burke, P. (2007) *Fronteiras culturais: barreiras e contatos*. Folha de São Paulo.

Silva, L. M. C. (1960) *Mogi Mirim (subsídios para sua história)*. Editora Casa Cardona.

Foucault, M. (2008) *Segurança, território e população*. Ed. Martins Fontes, São Paulo.

Laraia, R.B., (2009). *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

Marx, M. (1989) *.Nosso chão do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora Edusp.

Mindlin, J. e Sevckenko, N. (2000). São Paulo de Edmund Pink. Editora DBA.



Petrone, M. T.S. (1968) *Lavoura canavieira em São Paulo*. Editora Difusão Europeia do Livro.

Piccinato, D., Jr (2012) *Terra urbana, patrimônio fundiário: uma análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no nordeste paulista (1800-1930)*. Dissertação (mestrado em urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Polito, J.A. (2013) *Territórios de civilidade: o papel das “Mogis” na formação e reestruturação do Leste paulista, séculos XVII-XIX*. Dissertação (mestrado em urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Prado, W.(1951) *História de uma cidade bandeirante*. Mogi Mirim: Casa Cardona,

Reis, N.G., Fº (2001) *Evolução urbana do Brasil 1500-1720*. Ed. Pini.

Saint-Hilaire, A. (1976) *Segunda viagem à São Paulo: o quadro histórico da província de São Paulo*. Ed. Itatiaia,.

Silva, M. B.N e Bacellar.C. A. P. (2009) *História de São Paulo Colonial*, São Paulo, Ed. UNESP.

Paróquia São José de Mogi Mirim (2001). *1751 a 1º de novembro de 2001*. Publicação comemorativa.

Paróquia São José de Mogi Mirim (2011) *260 anos da Paróquia São José de Mogi Mirim – 1751-2011*. Publicação comemorativa.